

**Local:** Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

**Data:** 19 de setembro de 2023

**Hora início/fim:** 11h00 – 13h00

## Ordem de trabalhos

No dia 19 de setembro de 2023 decorreu a reunião plenária ordinária n.º 4/2023 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) em modo presencial, no Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge), e com recurso a meios telemáticos, pela aplicação *Microsoft Teams*, por forma a que alguns Conselheiros pudessem igualmente participar na reunião.

O CNS foi criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Apreciação e votação da Ata n.º 2/2023 da Reunião Plenária Ordinária de 18/04/2023
3. Apreciação e votação da Ata n.º 3/2023 da Reunião Plenária Ordinária de 20/06/2023
4. Solidariedade inter-geracional na Saúde e como deve o CNS acompanhar os desenvolvimentos quanto às linhas propostas no Relatório do CNS "Agenda para a Juventude 2020-2030";
5. Preparação do Relatório CNS 2023 sobre o Relatório CNS 2023: “+ e Melhor Informação ao Serviço das Pessoas – Melhores Decisões em Saúde” (ou outro título)
6. Outros assuntos

## Assuntos discutidos

Após ser confirmada a existência de *quórum*, e ao abrigo do Art. 29.º, com as alterações no diploma [Lei n.º 72/2020, de 16/11](#) do Código do Procedimento Administrativo, foi dado início à reunião plenária ordinária.

### 1. Informações

O Presidente do CNS, **Victor Ramos**, deu início à sessão plenária seguindo a ordem de trabalhos enviada atempadamente. Começou por dar a palavra aos conselheiros, por forma a poderem partilhar alguma informação, aspecto que tenha ocorrido. Dirigiu-se em especial aos membros conselheiros que participaram em iniciativas de outras entidades, em representação o CNS.

**Luís Oliveira**, representante da ADEB - Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares, partilhou com os presentes, informação sobre a reunião que decorreu entre o Ministro da Saúde e as associações de doentes e outras organizações da área da saúde, para ouvir as suas opiniões e necessidades. Referiu ter ficado surpreendido pela positiva, uma vez que não se recorda de ter sido realizada uma reunião nestes moldes, pese embora a reunião ter sido convocada com apenas três dias de antecedência.

**Joaquim Brites**, representante da APN - Associação Portuguesa de Neuromusculares, acrescentou que o Ministério da Saúde pretendeu desta forma ouvir as associações em sede própria, pelo que terá sido uma reunião interessante, uma oportunidade importante uma vez que estiveram presentes para ouvir as Associações: o Senhor Ministro da Saúde, os Senhores Secretários de Estado, bem como o Senhor o Diretor Executivo do SNS. As intervenções focalizaram-se sobretudo nas necessidades e expectativas das associações presentes: apoios financeiros, logísticos e em outras áreas.

**Local:** Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

**Data:** 19 de setembro de 2023

**Hora início/fim:** 11h00 – 13h00

No que diz respeito à referida reunião, **Margarida Cruz**, representante da Associação Acreditar - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro, salientou que se a convocatória tivesse sido mais atempada, os resultados teriam sido outros, no entanto, deu nota que foi uma oportunidade de ouvir até que ponto as necessidades e preocupações das associações são as mesmas.

**Isabel Magalhães**, representante da PULMONALE - Associação Portuguesa de Luta contra o Cancro do Pulmão, confirmou ter igualmente recebido a convocatória, tendo acrescentado que este tipo de reuniões devam ser convocadas com um mínimo de antecedência, por forma a permitir que alguém possa estar presente sob pena de a participação ficar muito reduzida em termos de representação das próprias associações.

**José Frias Bolhosa**, em representação da Ordem dos Médicos Dentistas, em substituição do Dr. Miguel Pavão, referiu que o relatório que foi publicado e colocado em discussão pública pela Direção Executiva do SNS tem uma perspetiva de organização futura dos serviços, sendo uma matéria muito importante em relação à acessibilidade e organização dos serviços do SNS.

O **Presidente** partilhou com os demais presentes a informação de ter estado reunido com o Senhor Secretário de Estado da Saúde, o Doutor Ricardo Mestre. Reiterou que, actualmente, o processo de decisão tem estado circunscrito aos decisores políticos, dispositivo de administração e aos profissionais, faltando ainda a importante e decisiva participação dos doentes/utentes, dos cidadãos e associações e órgãos que concretizam a sua participação social.

Acrescentou que, no caso do SNS, será importante ativar quanto antes este terceiro pilar, o que completará e enriquecerá a âmbito de aspetos a ter em conta e a qualidade da tomada de decisões sobre políticas de saúde. Tal participação poderá levar a novos desenvolvimentos para o bem do país e de todos os envolvidos, e equilibrar devidamente as influências em presença.

O **Presidente** deu nota que a presidência CNS tem estado em contacto com a Organização Mundial de Saúde (OMS), sobre um projeto com o propósito de reforçar e aperfeiçoar a participação social, e também numa outra linha de trabalho que o Ministério da Saúde está a querer reforçar, que é o fortalecimento do dispositivo dos cuidados de saúde primários como base e pilar central para o fortalecimento e melhor funcionamento do SNS e do sistema de saúde. Aproveitou para passar a palavra a Margarida Cruz que aceitou representar o CNS no *European Health Forum Gastein*.

**Margarida Cruz** iniciou a sua intervenção a agradecer ao Presidente do CNS a confiança para que representasse o CNS no *European Health Forum Gastein*, organizado pelo *European Observatory on Health Systems and Policies, the WHO European Centre for Primary Health Care, and the Austrian Federal Ministry of Social Affairs, Health, Care and Consumer Protection*. Referiu ser um evento com uma periodicidade anual e que este ano tem como missão principal analisar os cuidados de saúde primários e o seu papel na resiliência dos sistemas de saúde.

Dos temas abordados destacou a importância dada à participação, e em que medida é que a participação de toda a sociedade pode ajudar na resiliência dos sistemas de saúde, sobretudo na resposta a crises. Durante a sua participação no Forum teve oportunidade de explicar como é que o CNS, em Portugal, tem contribuído para essa resiliência, informação esta dada, não só com a sua opinião, mas também com algumas ideias e contributos do Presidente do CNS. Acrescentou os principais aspetos fortes,

**Local:** Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

**Data:** 19 de setembro de 2023

**Hora início/fim:** 11h00 – 13h00

designadamente os princípios formais e a abrangência da constituição do CNS. No entanto, o que se passa na prática tem sido mais lento do que aquilo que está estabelecido nos princípios. Concluiu com a indicação que após a próxima reunião, na próxima semana, irá partilhar alguma da informação recolhida junto da organização e da participação dos presentes.

Para **Rubina Correia**, representante da Ordem dos Médicos, e na sequência do que foi falado relativamente à resiliência nos cuidados de saúde primários, deu nota que a preocupação está voltada para o risco da sua eventual secundarização no novo modelo de reorganização do SNS em Unidades Locais de Saúde (ULS). Questionou os presentes se o CNS foi ouvido face a esta transformação em curso. Deveria o CNS debruçar-se sobre esta temática? Quais os impactos esperados ao nível da resiliência dos cuidados de saúde primários e da saúde dos cidadãos? De que forma poderá o CNS contribuir para influenciar positivamente esta grande transformação do SNS?

Informou que, para a Ordem dos Médicos, esta temática é vista com muitas preocupações relativamente à sua operacionalização.

O **Presidente** informou os presentes, que o CNS funciona, conforme descrito no Decreto-Lei, por solicitação do Governo ou por iniciativa própria. Desta forma, o CNS poderá fazer uma recomendação/parecer e sugeriu à Dra. Rubina Correia que apresente um primeiro esboço, uma introdução sobre as preocupações e perspetivas apresentadas, uma vez que abordou esta temática.

Para **Joaquim Brites**, uma vez que o CNS é um órgão consultivo do Ministério da Saúde, poderia o próprio Ministério ter mais em conta os pareceres/recomendações elaboradas pelo CNS, situação que não foi denotada quantos aos Estatutos do SNS e ao Plano Nacional de Saúde e sugeriu que à medida que os temas vão sendo abordados/discutidos, se procure melhorar o processo de recapitulação interna e de comunicação externa dos trabalhos produzidos pelo CNS.

A Vice-presidente do CNS, **Lucília Nunes**, informou que quem consulta tem a liberdade de ouvir inteiramente, parcialmente, e integrar ou não o que foi recomendado. Quanto ao CNS, é da sua competência a emissão de pareceres/recomendações, pelo que cabe aos decisores políticos aceitarem ou não as sugestões e recomendações apresentadas. Nenhum parecer de um órgão consultivo é vinculativo.

Face a esta questão, o **Presidente** informou que o CNS está a fazer o *follow-up* dos trabalhos que foram produzidos, sendo que está neste momento a fazê-lo, ao voltar a abordar os relatórios anteriores.

## 2. Apreciação e votação da Ata n.º 2/2023 da Reunião Plenária de 18/04/2023

## 3. Apreciação e votação da Ata n.º 3/2023 da Reunião Plenária de 20/06/2023

O **Presidente** questionou se algum dos conselheiros teria alguma objeção relativamente às atas n.º. 2/2023 e n.º. 3/2023 e se as mesmas refletiam adequadamente e com precisão o conteúdo das reuniões. Sem objeções, as atas foram aprovadas por unanimidade.

## 4. Solidariedade inter-geracional na Saúde e como deve o CNS acompanhar os desenvolvimentos quanto às linhas propostas no Relatório do CNS "Agenda para a Juventude 2020-2030"

**Local:** Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

**Data:** 19 de setembro de 2023

**Hora início/fim:** 11h00 – 13h00

O **Presidente** deu a palavra à perita Dra. Bárbara Aranda da Silva e solicitou que fosse feito um ponto de situação relativamente a esta temática.

**Bárbara Aranda da Silva** referiu que apesar de só ter assumido este processo em agosto de 2023, partilhou a informação da Agenda para a Juventude (APJ) 2020-2030, considerando três aspetos: recapitular como foi feita a auscultação para a APJ 2020-2030; abordar o que poderá ser mudado e como pode o CNS contribuir neste âmbito; o que pode o CNS fazer para acompanhar o que foi sendo concretizado relativamente ao inscrito na Agenda publicada em 2021.

A auscultação para a APJ 2020-2030 identificou quais as áreas prioritárias que os jovens referiram ser do seu interesse, e quais deverão ser os níveis de atuação para garantir uma Juventude saudável e com este conceito muito amplo: a promoção do bem-estar físico e psicológico; a educação para a sexualidade; a prevenção do tabagismo e de outros comportamentos aditivos; a promoção da alimentação saudável e a promoção na atividade física; a promoção da violência, seja bullying ou o cyberbullying.

Na APJ 2020-2030 estas áreas foram interpretadas em quatro níveis de atuação: o acesso à informação e formação em saúde; acesso a cuidados de saúde de qualidade; acesso a ambientes saudáveis; acesso à participação na decisão e implementação no que se refere à área de saúde. Fez assim um breve resumo da APJ 2020-2030.

O Plano para a Juventude publicado em agosto de 2022 identifica como quarto eixo - Estilos de Vida Saudável, onde constam cinco prioridades, sendo estas: a atividade física; a prevenção de comportamentos de risco; hábitos alimentares e o acesso aos serviços, igualdade e inclusão.

O PNJ identifica as prioridades, objetivos estratégicos e elenca 420 medidas nos diferentes eixos.

Outro eixo que está no PNJ é o da cidadania e participação, onde é referida a importância da cidadania ativa, da pessoa jovem na tomada de decisão.

Como terceiro momento da intervenção e sobre a questão de que forma é que o CNS pode acompanhar uma agenda que tem o horizonte para 2020-2030, referiu que este poderá ser um tema a considerar quando se fala em participação cívica.

Para **Luís Oliveira** nesta agenda deverá ser abordada a questão do isolamento, principalmente dos idosos, e questiona se nesta APJ existe alguma medida em que este problema esteja refletido.

**Lucília Nunes** considera que a APJ 2020-2030 foi diferente dos relatórios anteriormente criados pelo CNS, uma vez que se fala em utentes ou cidadãos e quando se fala em juventude não está a ser aplicada a ideia de ser utente ou pessoa com doença. Colocou a questão: “Como é que se dinamiza uma APJ relacionada com a saúde?” Esta questão compete ao CNS, no sentido de responsabilidade e continuidade no tempo, pelo que questionou à Dra. Bárbara Aranda da Silva se teria alguma sugestão, iniciativas que o CNS pudesse integrar no seu Plano de Atividades em 2024.

**Joaquim Brites** questionou se a APJ prevê o acesso completo a tudo aquilo que se deve prever, sejam jovens até 18 ou 21 anos, com ou sem doença crónica ou rara.

**Local:** Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

**Data:** 19 de setembro de 2023

**Hora início/fim:** 11h00 – 13h00

**Bárbara Aranda da Silva** informou que, de acordo com o PNJ, a definição de Juventude está muito clara e define como: 30 anos no caso do cartão jovem, 24 anos para estatísticas de desemprego jovem, 25 anos no âmbito do arrendamento e 40 anos no caso de jovem agricultor.

Relativamente à junção intergeracional, referiu ainda não ter visto na APJ 2020-2030 este ponto refletido na auscultação realizada aos jovens.

**Margarida Cruz** abordou a questão do acesso, e que no caso dos doentes com doença crónica, mais concretamente nos doentes com cancro pediátrico, verifica-se que não têm acesso ao mesmo na forma como está definido. São verificadas discriminações, por exemplo estar em tratamento em casa ou na unidade hospitalar e não terem acesso a direitos fora do âmbito da saúde, no âmbito socioeconómico como, por exemplo, créditos à habitação, por não conseguirem fazer seguro de vida.

**Joaquim Brites** concordou com o que foi dito, acrescentando que para ser feito um crédito à habitação, é obrigatório ter seguro de vida, e caso a pessoa tenha uma doença neurogenerativa, nenhuma seguradora fará esse seguro.

Relativamente à temática da antecipação da idade da reforma, para as pessoas com deficiência, questionou porque é que não se considera ter alguns limites para até uma determinada idade.

Para complementar o que foi dito, **Arsisete Saraiva**, representante da ANDAR - Associação Nacional de Doentes com Artrite Reumatoide, acrescentou que os doentes com artrite reumatóide e os mais jovens também não têm possibilidade de fazer seguros para a compra de habitação. Acrescentou, que se a artrite não é uma doença que mate e que tem tratamento, logo não se justifica não terem direito a adquirir um seguro como qualquer cidadão.

Para responder a algumas das questões apresentadas sobre a APJ, **Bárbara Aranda da Silva** informou que está descrita a atuação quanto ao acesso a cuidados de saúde de qualidade, e olhando para o relatório aparece não só na questão de acompanhamento da criança e jovem, com doença ou condição crónica que deve ser assegurada, mas também crianças e jovens neuro divergentes ou com doença intelectual devem ser reconhecidas e mantida a equidade do acesso.

Informou ainda não conseguir fornecer duas ou três iniciativas, pelo que sugeriu que o relatório fosse analisado com maior detalhe, dado ser muito claro naquilo que pretende atingir; até quando? com que verba? E como vai ser monitorizado? Confirmou que existe uma equipa multisectorial a monitorizar a Plano e que o CNS deve identificar os eixos sobre os quais terá interesse, relativamente aos estilos de vida saudáveis a participação cívica.

**Luís Oliveira** lembrou o caso da Estratégia para a Deficiência, realizada há quatro anos. Após ter sido monitorizada, constatou-se que só tinha sido executado 2% a 3% do que era suposto, tendo tido a justificação da pandemia COVID-19. Acrescentou ainda a questão dos atrasos na obtenção de Atestados Médicos Multiuso e que tal deveria ser reportado ao Senhor Ministro da Saúde, pois existem pessoas a aguardar dois anos por este atestado, uma vez que atribui apoios e benefícios pelo próprio SNS.

**Local:** Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

**Data:** 19 de setembro de 2023

**Hora início/fim:** 11h00 – 13h00

**Lucília Nunes** referiu que o primeiro PNJ teve um relatório e que o segundo também terá, no entanto, teve uma verba imputável elevada com 44% dos quais com fundos europeus. Com isto, informou que a solução não passa por esperar por 2024 ou 2025 ou até pelo próprio relatório, mas sim, como pode o CNS, algures em 2024, ter alguma iniciativa de acompanhamento da Agenda 2020-2030.

Acrescentou que as palavras “Idoso” e “Solidariedade” não aparecem no PNJ e “intergeracional” aparece apenas uma vez, no objetivo estratégico 3, promover o voluntariado jovem intergeracional.

**Joaquim Brites** informou que o PRR veio trazer um conceito diferente à solidariedade, e tudo o que seja da parte social, pois fez com que o próprio Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) levasse à criação de lugares em creches, ERPI’s, em lugares que retiraram as pessoas do seio das suas famílias. Com isto, levantou a questão de como vai o MTSSS financiar as vagas proporcionadas com o PRR quando terminar este investimento?

O **Presidente** desafiou o conselheiro Joaquim Brites a alinhar as suas ideias e a partilhar com todos os membros do CNS, uma vez tratar-se de uma questão crucial.

**Lucília Nunes** solicitou que o Dr. Joaquim Brites pudesse elaborar um *draft* com as preocupações do CNS quanto à questão levantada sobre o PRR. Acrescentou que as preocupações com o futuro são importantes estratégias para o CNS.

**Ana Ferreira**, representante do CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, questionou os presentes, por ter surgido a dúvida, se todas as instituições do ensino superior, à semelhança do Politécnico de Coimbra, realizam durante o ano letivo uma série de atividades de ações de projetos que envolvem muitos dos eixos que foram abordados, nomeadamente estilos de vida saudáveis. No CCISP os Institutos, articulam-se entre si, por forma a poderem contribuir para atingir as metas que estão definidas no PNJ.

**Luís Oliveira**, para terminar a sua reflexão sobre a questão do acesso, referiu que está relacionado com a liberdade de poder escolher. Nesse aspecto a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência tem sido importante. Deveria existir a possibilidade de uma pessoa poder ficar em casa com o seu familiar, pelo que há muito a fazer em termos de políticas sociais em Portugal.

**Luísa Lima**, representante do CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, por forma a responder a Ana Ferreira do CCISP, informou que o CRUP não está organizado nas atividades referidas, mas apesar de existirem várias universidades inscritas em várias estruturas referidas como o *Healthy Camp* e caso seja do interesse, enquanto interlocutora do CRUP, poderá colocar em contacto com várias estruturas das várias universidades.

## 5. Preparação do Relatório CNS 2023 sobre o Relatório CNS 2023: “+ e Melhor Informação ao Serviço das Pessoas – Melhores Decisões em Saúde” (ou outro título)

O **Presidente** informou que o nome do relatório está aberto a sugestões de alteração, caso algum conselheiro tenha uma proposta mais apelativa.

Para dar início à questão do relatório anual do CNS, informou que após ter sido solicitado a todos os membros do CNS a resposta a três questões, foram rececionadas 12 respostas, pelo que quem ainda não

**Local:** Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

**Data:** 19 de setembro de 2023

**Hora início/fim:** 11h00 – 13h00

respondeu, poderá fazê-lo. Acrescentou que não compete ao CNS emitir um relatório técnico, mas sim um relatório do ponto de vista das pessoas, da sociedade, uma vez que é esse o papel do CNS.

Acrescentou que o documento terá de ser esquematizado em três ou quatro eixos, sendo o primeiro da informação de saúde da pessoa, nomeadamente quanto ao seu registo de saúde / processo clínico, electrónico, único e integrador, algo que evitaria perdas de informação, redundâncias, fragmentação de informação e descontinuidade dos cuidados, possibilitando a cada pessoa ter controlo sobre os seus dados e informação de saúde, que constitucionalmente lhe pertence, pelo que o CNS deve sinalizar estes elementos nos aspetos principais.

Relativamente a este eixo, o importante é a possibilidade das pessoas começarem a ser capazes de gerir a sua própria informação de saúde e implementar progressivamente o conceito de gestão pessoal de saúde. O registo de saúde electrónico único é, ainda, um instrumento decisivo para a integração de cuidados - permitindo interligar cuidados de saúde primários, cuidados de saúde hospitalares, cuidados continuados, cuidados paliativos, cuidados dos setores público, social e privado.

Face a esta questão do relatório, referiu a importância de ser marcada uma reunião plenária extraordinária, sendo que sugeriu que ficasse agendada para o dia 07/11/2023, entre as 11h e as 13h no INSA, mantendo-se a reunião plenária ordinária na data de 21/11/2023, no mesmo horário e local.

Por forma a ser dado o ponto de situação do relatório, o Presidente deu a palavra ao perito, Dr. Gonçalo Figueiredo Augusto.

**Gonçalo Augusto Figueiredo** informou que foram solicitados contributos aos actuais membros do CNS, bem como às associações de doentes que participaram no CNS em anteriores mandatos. Referiu estar na fase de incorporar todos os elementos e delinear um fio condutor que não seja demasiado técnico ou aborrecido. Pretende-se elaborar um relatório inovador, no sentido do próprio tema dentro do CNS, com uma perspetiva diferente do que já foi feito no passado, em que foi centrado no que existia e não existia na altura, com algumas recomendações nomeadamente a inclusão das regiões autónomas na informação em saúde sobre Portugal.

Acrescentou que as pessoas devem ser verdadeiramente envolvidas na construção de uma solução de um sistema de informação para o SNS, num processo amplamente participado por todos os que utilizam esse sistema.

Terminou a sua intervenção com a indicação de que o relatório está a ser elaborado por forma a que na reunião plenária extraordinária, no dia 07/11/2023, seja discutido o *draft* enviado, para aprovação de uma versão mais consolidada, na reunião plenária ordinária, dia 21/11/2023.

**Rubina Correia** partilhou a sua preocupação, do ponto de vista dos doentes, no que respeita à partilha do acesso à informação por parte do setor privado, sendo que considera que o CNS poderia debruçar-se sobre esta questão e qual seria a entidade a balizar o alargamento e as regras para o sector privado.

**Bárbara Marques**, em representação da Ordem dos Biólogos, em substituição do Dr. Dário Ligeiro, por forma a complementar o que foi dito pela Dra. Rubina Corria, referiu que os dados genéticos têm uma lei própria, pelo que não podem ser acedidos de uma forma generalizada.

**Local:** Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

**Data:** 19 de setembro de 2023

**Hora início/fim:** 11h00 – 13h00

**Miguel Ricou** acrescentou que a Lei é sobre “*Dados genéticos e informação em saúde*”, e diz respeito à lei global de informação em saúde, seja no sistema público ou privado, sendo a lei clara nesse aspecto, não fazendo qualquer distinção.

## 6. Outros assuntos

O **Presidente** alertou os presentes no que diz respeito ao que está legislado, relativamente às faltas dos conselheiros nas reuniões plenárias. Face à prolongada ausência do representante do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, foi solicitada a nomeação de novos membros efetivo e suplente. Referiu ainda que os mandatos são de quatro anos e que seria importante rever os mandatos dos membros por forma a existir uma rotatividade de participações, criando, no entanto a iniciativa de reunir uma vez por ano com todos os antigos conselheiros.

Na linha do trabalho da participação pública, que seria uma prioridade, já foi feito trabalhado com a OMS que fez uma avaliação técnica no mandato presidencial anterior, tendo sido levantada a questão de que forma pode o CNS aumentar a sua capacidade e abrangência de representação do conjunto da sociedade, bem como aumentar a sua capacidade de aconselhamento e influência, bem como tornar a participação mais onsequente. Face a estas questões, passou a palavra ao perito Professor Doutor José Carlos Gomes.

**José Carlos Gomes** referiu que está a ser desenvolvido trabalho preparatório nessa linha, no sentido de ser integrada uma visão diferente não só naquilo que respeita à avaliação e utilização dos dados em saúde, mas também no que são os resultados em saúde, e também ao nível da satisfação da acessibilidade e de outros indicadores relacionados com o bem-estar dos cidadãos e das comunidades.

Acrescentou que está a ser elaborado um documento/reflexão que será posteriormente partilhado com os conselheiros por forma a serem construídos não só pressupostos, mas também se poder ter uma outra perspetiva em termos de avaliação daquilo que é o trabalho do sistema de saúde, incluindo os setores público, privado e cooperativo e pensar se poderia ser interessante ou ter algum impacto maior ou menor ao nível financeiro.

Terminou a sua intervenção a informar que a ideia será construir uma proposta para apresentar ao Senhor Ministro da Saúde, no âmbito das funções do CNS.

O **Presidente** sugeriu que na Reunião Plenária Ordinária do dia 21 de novembro de 2023, o CNS pudesse receber as sugestões/opiniões/contributos relativamente a esta questão, por parte dos antigos presidentes e vice-presidentes, que estarão presentes conforme convite prévio.

Relembrou que fica a aguardar as nontas adicionais referidas ao longo da reunião por parte dos Conselheiros, Dra. Margarida Cruz, Dr. Joaquim Brites, Dra. Rubina Correia e dos peritos Dra. Bárbara Aranda da Silva e Dr. Gonçalo Figueiredo Augusto.

Sem outros assuntos, o **Presidente** agradeceu a presença de todos e deu por terminada a reunião.



**Local:** Auditório do INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge)

**Data:** 19 de setembro de 2023

**Hora início/fim:** 11h00 – 13h00

### Membros do Conselho presentes nesta reunião:

ENTIDADES	REPRESENTANTES	
<b>Presidente</b>	Vitor Ramos	Presente
<b>Vice-Presidente</b>	Lucília Nunes	Presente
<b>Representantes dos utentes</b> <i>(Seis representantes dos utentes)</i>	<b>Associação Acreditar - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro - Margarida Cruz</b>	Presente
	<b>ADEB - Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares - Luís Oliveira</b>	Presente
	<b>ANAVC - Associação Nacional AVC - Diogo Valadas Ponte</b>	Presente
	<b>APN - Associação Portuguesa de Neuromusculares - Joaquim Brites</b>	Presente
	<b>PULMONALE - Associação Portuguesa de Luta contra o Cancro do Pulmão - Isabel Magalhães</b>	Presente
	<b>ANDAR - Associação Nacional de Doentes com Artrite Reumatoide - Arsisete Saraiva</b>	Presente
<b>Ordens Profissionais</b> <i>(sete representantes das ordens)</i>	<b>Ordem dos Biólogos - Bárbara Marques</b>	Presente
	<b>Ordem dos Enfermeiros - Serafim Rebelo</b>	[-]
	<b>Ordem dos Farmacêuticos - Camilo Rebelo</b>	Presente
	<b>Ordem dos Médicos - Rubina Correia</b>	Presente
	<b>Ordem dos Médicos Dentistas - José Frias Bulhosa</b>	Presente
	<b>Ordem dos Nutricionistas - Joana Sousa</b>	[-]
	<b>Ordem dos Psicólogos - Miguel Ricou</b>	Presente
<b>Autarquias</b> <i>(Dois representantes das autarquias)</i>	<b>Associação Nacional de Municípios Portugueses - Alfredo Monteiro</b>	[-] <sup>1</sup>
	<b>ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias - Jorge Veloso</b>	Presente
<b>CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas</b> <i>(Duas personalidades do CRUP)</i>	<b>ISCTE - Luísa Lima</b>	Presente
	<b>UCP - José Manuel Pereira de Almeida</b>	Presente
<b>CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos</b> <i>(Duas personalidades do CCISP)</i>	<b>Politécnico de Viseu - José Costa</b>	[-]
	<b>Politécnico de Coimbra - Ana Ferreira</b>	Presente
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<b>Coordenador da Comissão de Saúde Mental - Eduardo Azevedo</b>	[-] <sup>2</sup>
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	<b>Diretor Regional de Saúde - Herberto Jesus</b>	[-]
<b>Comissão Permanente de Concertação Social</b> <i>(Cinco personalidades da CPCS)</i>	<b>CGTP-IN - José Carlos Martins</b>	[-]
	<b>UGT - Dina Carvalho</b>	Presente
	<b>CIP - APHP - Associação Portuguesa de Hospitalização Privada - Miguel Ginestal</b>	Presente
	<b>CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - ANF - Associação Nacional de Farmácias - Ana Tenreiro</b>	Presente
	<b>CTP - Confederação de Turismo de Portugal - António Abrantes</b>	[-]
<b>Conselho Nacional para a Economia Social</b>	<b>Manuel Caldas de Almeida</b>	[-]
<b>Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida</b>	<b>Miguel Oliveira da Silva</b>	[-]
<b>Peritos</b>	<b>Gonçalo Figueiredo Augusto</b>	Presente
	<b>José Carlos Gomes</b>	Presente
	<b>Bárbara Aranda da Silva</b>	Presente
	<b>António Gouveia</b>	Presente
<b>Secretaria-Geral do Ministério da Saúde</b>	<b>Sofia Inácio</b>	Presente

<sup>1</sup> Avisou que não poderia comparecer

<sup>2</sup> Avisou que não poderia comparecer